

A ESCOLA ESTADUAL DE TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO - PI: organização e desafios

André Luis Pereira de Sousa Félix¹
Juliária Pereira Magalhães²
Samantha Bonette Vasconcelos³
Givanildo da Silva⁴

RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi trazer para o debate a organização, os desafios e as possibilidades para a implantação da proposta de Educação em Tempo Integral, tendo como campo de investigação uma escola estadual no município de São Raimundo Nonato, no estado do Piauí. A metodologia desenvolvida esteve pautada na abordagem qualitativa. O método de pesquisa foi o estudo de caso e a coleta dos dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com a diretora e um docente da escola. O estudo possibilitou perceber que a escola de Educação em Tempo Integral na realidade de São Raimundo Nonato, no estado do Piauí, vivencia desafios que prejudicam a organização no âmbito da gestão administrativa, pedagógica e financeira. Ressalta-se que sem investimentos não é possível concretizar os anseios da Educação em Tempo Integral almejada pela sociedade.

Palavras-chave: Educação em Tempo Integral, Escola Pública, Desafios.

INTRODUÇÃO

A Educação Integral e a Escola em Tempo Integral foram evidenciadas no Plano Nacional de Educação – Lei n. 13.005/2014 – na meta 6 (seis) objetivando que “crianças e adolescentes permaneçam na escola o tempo necessário para concluir este nível de ensino, eliminando mais celeremente o analfabetismo e elevando gradativamente a escolaridade da população brasileira” (BRASIL, 2014).

A Escola de Tempo Integral tem como objetivo contribuir na preparação dos alunos de uma melhor forma, a fim de que esses tenham mais tempo para estudar, se qualificar e se dedicar às aulas, além de vivenciar estratégias que favorecem o processo de ensino e de aprendizagem. Uma vez que o tempo no espaço escolar se estende torna-se possível vivenciar um currículo diferenciado, contribuindo na formação integral dos envolvidos.

A ampliação do tempo deve ser entendida como um direito à educação de qualidade e que esta se realize através de uma experiência que estimule a curiosidade dos estudantes, com a busca da integralidade do fenômeno epistemológico da educação, ou seja, é necessário que a educação e as experiências façam sentido aos envolvidos. Não pode se constituir em uma

¹ Graduando de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, andreps2007@gmail.com ;

² Graduanda de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, juliaria.pereira@gmail.com;

³ Graduanda de Licenciatura em Química da Universidade Federal da Bahia – UFBA, samibonette@gmail.com;

⁴ Professor do curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, givanildopedufal@gmail.com.

experiência castradora, em que se realize “mais do mesmo”, com o depósito de conhecimentos que não são associados à realidade dos sujeitos.

A proposta de uma Escola de Tempo Integral está relacionada à discussão por uma escola que oportunize ampliação de possibilidades de conhecimento de mundo aos alunos. Este tipo de escola está estruturado por três pilares: tempo, espaço e conteúdos (TEIXEIRA; ANAYA, 20). Por definição, a palavra integral significa inteiro, completo, total, o que é identificado nas diversas definições de escola e de educação propostas por Anísio Teixeira e retomadas mais recentemente nas discussões acerca da necessidade de ampliação do tempo de permanência do estudante na escola

Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi trazer para o debate a organização, os desafios e as possibilidades para a implantação da proposta de Educação em Tempo Integral. Como objetivos específicos foram delineados: a) discutir a concepção de educação integral na visão de autores diversos; b) apresentar o que se diz sobre a escola pública de horário integral; c) analisar uma escola pública de tempo integral no município de São Raimundo Nonato - PI. Desse modo, reflete-se sobre a importância da educação integral no desenvolvimento do indivíduo em todas as suas dimensões.

METODOLOGIA

A metodologia desenvolvida esteve pautada na abordagem qualitativa. Na perspectiva de Minayo (1994), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis.

O método de pesquisa foi o estudo de caso e a coleta dos dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com a diretora e um docente da escola. O critério de escolha do professor foi a disponibilidade em contribuir com a pesquisa e ser um profissional que atua na escola há mais de dois anos.

As entrevistas foram realizadas individualmente, em diferentes espaços da instituição, de acordo com a disponibilidade das participantes. Os dados foram analisados por meio da análise do conteúdo, na perspectiva de Bardin (2002), tendo como categorias: Educação em Tempo Integral, Escola Pública, Desafios.

A escola pública de horário integral

A temática a respeito da Educação Integral na Escola pública adquire relevância no cenário educacional atual, com a meta 6, do atual Plano Nacional de Educação (2014/2024), que prevê que seja oferecida Educação em Tempo Integral em 50% das escolas públicas de educação básica até 2020 (PAIVA, 2017).

No Brasil cresceu o número de projetos na educação básica pública que têm como característica marcante a criação da jornada integral (PAIVA, 2017). A partir da abertura política, na década de 1980, algumas experiências ocorreram nessa direção, sendo a de mais longa duração e repercussão a dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), no Rio de Janeiro. A partir da virada do século, com base no artigo 34 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394 de 1996, intensificou-se o surgimento, nos sistemas públicos estaduais e municipais, de projetos que envolvem o aumento do tempo diário de permanência das crianças e adolescentes nas escolas (CAVALEIRE, 2007).

A tradição da organização escolar brasileira é de turnos parciais, com jornadas em torno de quatro horas. Em muitos momentos da história admitiram-se oficialmente jornadas de menos de quatro horas e até de duas horas e meia, mas sempre vistas como temporárias e excepcionais. A ampliação do tempo de escola pode ser gradativa, estabelecendo aos poucos turnos de cinco horas e mais, ou por projetos, com a implantação, em geral localizada em algum setor do sistema de ensino, da jornada escolar de sete a oito horas (CAVALEIRE, 2007).

Experiências de Escolas em Tempo Integral foram feitas no Brasil, de forma esporádica ao longo do século XX. A diferença entre elas e os internatos ou semi-internatos foi marcada pelo discurso pedagógico da Escola Nova, sendo Anísio Teixeira quem mais se dedicou a escrever e agir para a implantação de algumas delas (CAVALEIRE, 2007).

A insistência em depositar na Escola de Tempo Integral a solução dos problemas da educação pública pode trazer consigo perdas que podem se tornar irreparáveis, especialmente em termos de qualidade social do ensino, além de acentuar antigos problemas como a baixa remuneração salarial dos professores, a precária infraestrutura física carente de equipamentos, as deficiências na formação de professores e a descontinuidade de programas oficiais.

A estratégia 6.2 do atual PNE (2014-2024) refere-se à infraestrutura. Sua estratégia é institucionalizar e manter, em regime de colaboração, um programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas. Em 2013, apenas 3% das Escolas de Tempo Integral possuíam infraestrutura adequada (PAIVA, 2017). Problemas de infraestrutura não são exclusivos das escolas que funcionam em tempo integral, eles estão presentes também nas

escolas de tempo parcial, assim como aqueles relativos ao currículo, à formação de professores, entre outros. Ampliar a jornada do aluno sem levar em consideração os graves problemas encontrados nas escolas de tempo parcial pode levar a uma ampliação desses problemas e não contribuir para a melhoria da aprendizagem.

Os estudos de Ramos (2011) e de Fontana (2013), por exemplo, relataram que não houve melhoria da aprendizagem entre os alunos matriculados na Escola de Tempo Integral, e os demais estudos analisados não revelaram avanços nesse sentido. Cavaliere (2006) afirma que um tempo de escola organizado de forma convencional e meramente duplicado em horas é desnecessário e ineficaz. A proposta de ampliação do tempo diário de escola só faz sentido se trazer uma reorganização inteligente desse tempo e se levar em conta as peculiaridades presentes em cada escola (BARRETO, SÁ, 2016).

A discussão da Escola de Tempo Integral se faz oportuna e necessária, visto tratar-se de um tema polêmico e atual. O Plano Nacional de Educação ao defender a ampliação do tempo de permanência na escola toma por referência experiências desenvolvidas em países como Alemanha, Chile, Estados Unidos, entre outros, em que a organização curricular diária tem uma duração média de oito horas e um período letivo mais prolongado do que o encontrado nas escolas brasileiras.

Outro desafio a ser considerado em relação às escolas em tempo integral refere-se à possibilidade de se desvirtuar o papel educativo desse modelo escolar em prol de uma proposta apenas lúdica ou assistencialista. Não negando a função socializadora do ambiente escolar e nem tampouco a carência de ordem econômica das camadas sociais menos favorecidas, a educação não pode se instituir para cumprir fins meramente assistencialistas em detrimento do cumprimento do seu objetivo maior de conseguir a transformação social necessária para que essa camada populacional consiga ascender socialmente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Rede Estadual de Educação do Piauí é composta por vinte e uma (21) Gerências Regionais de Educação de Ensino (GRE), sendo a pesquisa realizada em um Centro Estadual de Tempo Integral (CETI) da 13ª GRE, o qual tem sede no município de São Raimundo Nonato. A 13ª GRE possui 24 escolas, distribuídas nos municípios de Anísio de Abreu, Bonfim do Piauí, Caracol, Coronel José Dias, Dirceu Arcoverde, Dom Inocêncio, Fartura do Piauí, Guaribas, Jurema, São Braz do Piauí, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato e Várzea Branca. Apenas dois desses municípios têm um CETI, Guaribas e São Raimundo Nonato.

Os participantes da pesquisa foram a gestora e um docente, ambos são professores efetivos da rede estadual de educação. A gestora está há 2 (dois) anos na direção da escola e o professor há 4 (quatro) anos. Os participantes destacaram nas entrevistas que existem diversos desafios para serem enfrentados no processo de ensino e de aprendizagem de uma Escola de Tempo Integral, especialmente quando se trata de uma escola no interior do estado. No entanto, para os entrevistados é possível desenvolver um trabalho satisfatório com os estudantes. Isso é possível comprovar pelos resultados do Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (SAEPI) e pela avaliação da comunidade local, que tem a escola como uma das melhores da rede pública da região, conforme os entrevistados.

Sobre a organização da escola, para o atendimento das especificidades da Educação em Tempo Integral, os participantes evidenciaram:

Aqui é ofertado Ensino Médio Regular, nós temos onze turmas (11), trezentos e oitenta alunos (380) e vinte um (21) professores. O funcionamento é período integral, inicia às 07:30h e vai até às 16:30h. Estou como gestora dessa Unidade Escolar e temos mais duas coordenadoras. O público atendido são alunos na idade de treze anos a dezessete anos, que buscam preparação para o ENEM, a fim de ingressar em uma Instituição de Ensino Superior. Eles vêm de escolas públicas municipais, estaduais e escolas particulares. Nós também atendemos alunos de outros municípios do Piauí, como Bonfim do Piauí, Várzea Branca e Coronel José Dias, e de cidades da Bahia, como Campo Alegre de Lourdes (GESTORA DA INSTITUIÇÃO).

Quanto a organização da escola, por ser uma escola de tempo integral o aluno permanece nove horas por dia, então isso exige uma organização bem maior e melhor por parte da gestão da escola, tem que haver pulso firme para manter as rédeas da escola e a disciplina que consta no regimento interno, sem isso torna-se complicado. A escola não deixa de ter problemas com indisciplina, porque são quatrocentos alunos, mas a gestão, de forma geral é boa e está conseguindo manter a disciplina (DOCENTE DA INSTITUIÇÃO).

Os depoimentos apontam que é razoável a organização da escola, a qual recebe uma grande demanda de alunos que são moradores do próprio município e de outras regiões vizinhas, visto que a escola é uma referência para a comunidade local, assim é mais requisitada pelos jovens que pretendem ingressar no Ensino Superior por meio do ENEM. Assim, torna-se necessária a existência de uma gestão comprometida com o desenvolvimento das atividades realizadas na instituição e capaz de garantir o cumprimento das regras e normas por todos que fazem parte dessa instituição, especialmente os alunos que geram problemas no ambiente escolar.

Nesse sentido, conforme Silva (2015, p. 80), “a gestão escolar é a ponte para uma escola contemporânea, inovadora, com novas perspectivas que viabilizem alternativas de compreensão, solidariedade e promoção humana, é o caminho que busca a melhoria de ensino”. A escola não deve ser arraigada em princípios de autoritarismo, anti-democracia e prepotência, e sim de forma compartilhada e participativa na distribuição do poder dentro da instituição de ensino. Por isso, a descentralização, o pluralismo, a autonomia, a participação e a transparência são princípios norteadores de uma gestão democrática.

Os participantes destacaram em seus depoimentos que são muitos dos desafios para desenvolver as atividades em uma Escola em Tempo Integral, entre esses estão:

Existem desafios quanto a questão financeira, o valor que chega hoje para fornecer o almoço é um real e oitenta e oito centavos (1,88) por dia e o lanche é de sessenta centavos (0,60), então temos que preparar um cardápio que seja adequado no aspecto nutricional e que se possa manter essa alimentação adequada todos os dias. Logo, esse é um grande desafio. Infelizmente, a manutenção da escola ocorre por meio de um repasse do governo do estado que não está sendo realizado em dia, o que é um problema, porque com esse recurso compramos material de limpeza, fazemos manutenção de computadores e impressoras, compramos o gás da escola, pagamos a internet. A internet passou alguns dias cortada por falta de pagamento e vamos mandar religar. Outro grande desafio é com relação à educação dos alunos. No meu ponto de vista, a escola tem a função de escolarizar, mas a cada dia aumentam mais as funções da escola, são agregadas outras atribuições que deveriam ser da família. O aluno deve chegar aqui na escola educado. Então, nós temos que ficar atentos desde uma fila para a distribuição de lanches, a uma simples entrega da carteirinha para que esse aluno não falte [...] (GESTORA DA INSTITUIÇÃO).

Em relação à docência, não levando em consideração o lado pessoal do professor que recebe um baixo salário e portanto, possui problemas financeiros. Os principais desafios da docência, quanto a aprendizagem dos alunos, percebo, em primeiro lugar, como trabalho com matemática, que os alunos chegam com uma grande defasagem na área de matemática. Muitos deles não dominam as operações fundamentais, o básico da matemática o que dificulta a aprendizagem. O segundo problema é a falta de interesse que é muito grande, aluno do 3º ano que está prestes a fazer vestibular e ENEM e não tem motivação própria. O terceiro problema é a ausência da família, geralmente os pais imaginam que os filhos já estão no ensino médio e não precisam de acompanhamento, o que é um erro, assim, esses problemas dificultam o trabalho do professor (DOCENTE DA INSTITUIÇÃO).

Os participantes relataram algumas das principais problemáticas vivenciadas no cotidiano da Educação de Tempo Integral, para que ocorram as soluções é importante a participação dos envolvidos. Diante disso, a oferta da educação pública de boa qualidade demanda ação coletiva de todos os agentes, os profissionais, os familiares, os estudantes e o Estado para que se cumpram as funções de cada segmento com responsabilidade e satisfação (SILVA, OLIVEIRA, 2018).

Ao se referir à Educação Integral, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, aprovada em 2013, assevera que as atividades poderão ser desenvolvidas dentro do espaço escolar, conforme a disponibilidade da escola, ou fora dele, em espaços distintos da cidade ou do território em que está situada a unidade escolar, mediante a utilização de equipamentos sociais e culturais existentes e o estabelecimento de parcerias com órgãos ou entidades locais, em consonância com o projeto político-pedagógico de cada escola. Afirma também que ao restituir a condição de ambiente de aprendizagem à comunidade e à cidade, a escola estará contribuindo para a construção de redes sociais na perspectiva das cidades educadoras (BRASIL, 2013).

Dispõe ainda que os órgãos executivos e normativos dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios assegurarão aos alunos que as Escolas de Tempo Integral das redes públicas possuam infraestrutura adequada, como quadras esportivas e espaços para prática de esportes, salas multifuncionais, bibliotecas, salas de informática, dentre outras, além de pessoal qualificado (BRASIL, 2013). No entanto, observa-se que as Escolas de Tempo Integral ainda enfrentam inúmeros desafios, especialmente devido às verbas oriundas da rede estadual, que além de sofrerem sérios atrasos, não atendem às necessidades da escola investigada.

Contudo, para que a adesão ao programa não se resuma a uma simples justaposição de tempos e espaços disponibilizados em outros equipamentos de uso social e cultural é relevante que as atividades ou oficinas programadas estejam inseridas no projeto político-pedagógico da Escola de Tempo Integral e, em face dessa inclusão, o desempenho dos alunos deverá ser passível de avaliação (BRASIL, 2013).

Nesse contexto, ofertar Educação em Tempo Integral exige o envolvimento de todo o corpo escolar, mas também da comunidade e do governo em suas diversas frentes, visando organização e preparação para enfrentar os desafios apresentados, pois “A Educação Integral exige mais do que compromissos, impõe também e principalmente o projeto pedagógico, formação de seus agentes, infraestrutura e meios para sua implantação” (MEC, 2009, p. 5).

O Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 define a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família”. Embora não se trate, aí, da relação família-escola propriamente dita, o texto de alguma forma remete a essa relação, na medida em que aponta a educação como responsabilidade comum do Estado e da família. Sendo a escola pública, na nossa sociedade, o principal equipamento para o desempenho da responsabilidade do Estado pela educação, configura-se, nessa corresponsabilidade, o estabelecimento de um vínculo que está na base da relação entre família e escola.

Dessa forma, nota-se que a participação da família é assegurada por lei e sua execução deve ser realizada não apenas no momento da matrícula, mas durante todo o processo educacional na busca por uma educação pública de boa qualidade, pois em geral fica a cargo de cada instituição escolar as iniciativas de aproximação com as famílias, cuja efetiva participação na gestão das questões educacionais ainda constitui um desafio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação da Educação Integral na Escola de Tempo Integral ainda necessita de uma longa caminhada, isso porque é necessário promover articulações e convivências entre educadores, famílias e programas, pois a educação não se esgota no espaço físico da escola. Desse modo, é preciso compreender que a Educação de Tempo Integral tem o dever de proporcionar ao educando uma experiência educativa total, que não se limite a ilustrar a mente, mas que organize seu tempo, seu espaço, discipline seu corpo e o transforme por inteiro, conforme sua personalidade.

Assim, a Educação Integral deve ser uma busca constante no processo educativo, que deve ter na ampliação da jornada escolar um tempo privilegiado para acontecer de forma a ampliar os horizontes dos alunos que frequentam a escola pública. Anísio Teixeira acreditava que a educação escolar deveria alcançar as áreas mais amplas da cultura, da socialização, preparando o sujeito para participar efetivamente em uma sociedade democrática, assim como preparar para o trabalho. A educação era vista como um meio de libertação, sendo considerada a solução para todos os males (CAVALIERE, 2006).

Nesse cenário, notou-se na investigação que ainda há inúmeros desafios para o desenvolvimento da Escola de Tempo Integral, com intuito de uma formação integral do aluno. Para isso é necessário que a escola, a família e o Estado estejam articulados na busca de melhorias estruturais e pedagógicas para que o processo de ensino e de aprendizagem tenha mais qualidade.

O estudo possibilitou perceber que a escola de Educação em Tempo Integral na realidade de São Raimundo Nonato, no estado do Piauí, vivencia desafios que prejudicam a organização no âmbito da gestão administrativa, pedagógica e financeira. Ressalta-se que sem investimentos não é possível concretizar os anseios da Educação em Tempo Integral. Os desafios que foram apresentados fazem parte do cotidiano de muitas realidades brasileiras, uma vez que, infelizmente, a educação pública brasileira não é prioridade na agenda política.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro.

BARRETTO, E. S. S.; SÁ, K. R. de. Educação em tempo integral: contribuições oriundas das pesquisas de pós-graduação. **Cadernos CENPEC**, São Paulo, v.6, n.1, p.23-46, jan./jun. 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (1996)**. Biblioteca Digital da câmara dos deputados. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014**: Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Rede de saberes Mais Educação**: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. Brasília, DF: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica**. Brasília, DF: MEC, 2013.

CAVALIERE, A. M. Escolas públicas tempo integral: uma ideia forte, uma experiência frágil. In: CAVALIERE, A. M.; COELHO, L. M. C. (Orgs.). **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na escola pública. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PAIVA, N. S. **Educação integral em escola pública de tempo integral no ensino fundamental: formação e trabalho docente**. XVIII ENDIPE Didática e Prática de Ensino no contexto político contemporâneo: cenas da Educação Brasileira, 2017.

SILVA, Givanildo da. **O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como mecanismo de descentralização financeira, participação e autonomia na gestão escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015. 136 p.

SILVA, Givanildo da; OLIVEIRA, Welson Dias de. Os desafios dos gestores na escola estadual de tempo integral no município de São Raimundo Nonato – PI. **Revista Debates em Educação**, Maceió, v. 10, n. 21, p. 71-88, maio/ago., 2018.

TEIXEIRA, Célia Regina; ANAYA, Viviani. **Educação Integral**: bases iniciais. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.